

## **Discurso da Ministra Izabella Teixeira na COP 17**

**Categories :** [Colunistas Convidados](#)

**Discurso Ministra COP 17  
MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE  
DOUTORA IZABELLA TEIZEIRA  
Durban, 8 de dezembro de 2011**

**Senhora Presidente,  
Senhoras e senhores,**

O Brasil gostaria de agradecer Vossa Excelência e o povo e Governo da África do Sul pelas calorosas boas vindas. Como nações irmãs, Brasil e África do Sul têm em comum a vontade de superar desafios ambientais, sociais e econômicos, no contexto do desenvolvimento sustentável. Também compartilhamos nosso pleno apoio pela resposta multilateral à mudança do clima, sob a UNFCCC e seu Protocolo de Quioto, em conformidade com os princípios de equidade e responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

O Brasil tem grandes expectativas em relação a esta Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de Durban. Temos expectativas de que a COP-17 e a CMP-7 atinjam resultados concretos, decorrentes dos trabalhos dos órgãos subsidiários da Convenção e dos grupos de trabalho “ad hoc” sob o Protocolo de Quioto e sob a Convenção.

O Brasil espera que cheguemos ao destino previsto pelo Mapa do Caminho de Bali. Esse mapa nos mostra um caminho que leva ao segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto e a ações aprofundadas em mitigação, adaptação, financiamento, tecnologia e capacitação. Logramos progresso expressivo em Cancun, mas ainda resta muito a fazer aqui, em Durban.

Nossa principal tarefa em Durban, Senhora Presidente, é alcançar o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto. O Protocolo de Quioto é nosso bem maior para assegurar um regime de mudança do clima forte. Compromissos adicionais para Partes do Anexo I sob o Protocolo de Quioto devem ser adotados. Aumento no nível de ambição e integridade ambiental são elementos chave nesse aspecto.

Em Cancun, as Partes acordaram definir compromissos adicionais para as Partes do Anexo I para o período após 2012, a tempo de assegurar que não haja lacuna entre o primeiro e segundo

períodos de cumprimento do Protocolo de Quioto. Durban é nossa última oportunidade de evitar essa lacuna. Devemos adotar o segundo período de cumprimento até o final desta semana. A continuação dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, inclusive do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, depende disso.

A conclusão exitosa do mandato do AWG-KP requer uma emenda plenamente ratificável ao Anexo B do Protocolo de Quioto, para a inclusão de novas metas quantificadas de redução de emissões e para a definição de regras para LULUCF e de transferência de unidades do primeiro para o segundo período de cumprimento. O Brasil continua a estar totalmente engajado em trabalhar com as Partes que estão dispostas a contribuir para o sucesso das negociações sob o Protocolo de Quioto.

Senhora Presidente,

Um resultado ambicioso em Durban deve necessariamente avançar todos os aspectos da negociação. Além de adotar o segundo período de cumprimento, devemos também operacionalizar as instituições acordadas em Cancun, incluindo o Comitê de Adaptação; o Centro e Rede de Tecnologia para o Clima; o registro de ações de mitigação nacionalmente adequadas, acompanhadas de apoio internacional; o programa de trabalho sobre medidas de resposta; e o Fundo Verde para o Clima. A implementação dessas instituições fortalecerá o regime internacional sobre mudança do clima, permitindo ação imediata para tratamento do problema.

A urgência dos desafios impostos pela mudança do clima requer que incrementemos ações tanto em mitigação quanto em adaptação, orientadas pela ciência e pela equidade. Países em desenvolvimento já estão contribuindo significativamente para o esforço global contra a mudança do clima, por meio de ações ambiciosas de mitigação, anunciadas nos últimos anos. Estamos determinados a continuar a implementar nossas ações, no contexto do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza.

O Brasil tem assumido uma posição de vanguarda para promover a redução das emissões de gases de efeito estufa e ao mesmo tempo desenvolver-se com sustentabilidade.

Em dezembro de 2009, o então Presidente do Brasil Lula da Silva anunciou, em Copenhague, durante a COP15, a decisão brasileira e, em seguida o Congresso Brasileiro aprovou Lei que estabelece a Política Nacional sobre Mudança do Clima que incorpora na legislação nacional o compromisso brasileiro voluntário de reduzir em pelo menos 36,1% as emissões de gases de efeito estufa em relação às emissões projetadas até 2020.

Isto significa, em termos absolutos, reduzir as emissões em até 1,2 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente no ano de 2020.

Para o cumprimento deste objetivo foram criados mecanismos de financiamento e incentivo e

estão sendo desenvolvidos planos setoriais com metas para os vários setores da economia.

Os planos setoriais envolvem todos os setores da economia relevantes tanto para as emissões de gases do efeito estufa quanto para adaptação. Isso inclui Programas de Prevenção e Combate do Desmatamento na Amazônia e Cerrado, a redução do desmatamento nos demais biomas, plano para agricultura de baixo carbono, pesca e aquicultura, energia, transporte e indústria.

Embora todos estes planos tenham componentes de adaptação, um em especial dá maior atenção ao tema na área de saúde. No próximo ano iremos aprofundar os esforços e desenvolver um plano nacional de adaptação da saúde à mudança do clima.

Nesse sentido, em 2011, iniciou-se a implementação do Sistema Nacional de Alerta e Prevenção de Desastres Naturais, ferramenta fundamental para proteger vidas e ecossistemas frente aos eventos climáticos extremos que já atingem o país.

Todos estes planos estão sendo feito com a participação dos diferentes setores da sociedade. Conterão metas específicas trianuais para mitigação de emissões e ações concretas para atingi-las, com um sistema robusto de monitoramento.

Senhora Presidente,

A Política Nacional sobre Mudança do Clima também prevê iniciativas específicas de financiamento, ambas já em curso: o Fundo Amazônia e o Fundo Clima.

O Fundo Amazônia é constituído a partir de doações baseadas nos resultados obtidos pelo Brasil na redução do desmatamento na Amazônia. Conta hoje com pouco mais de 1 bilhão de dólares comprometidos para investimento até 2015, fruto de doações privadas e de governos estrangeiros, dentre os quais destaco a Noruega.

Atualmente existem 15 projetos contratados com investimento de US\$ 120 milhões em ações estratégicas em todos estados da Amazônia, para redução do desmatamento e uso sustentável das florestas.

O Fundo Clima, por sua vez, é um mecanismo que utiliza recursos nacionais, advindos da exploração do petróleo para financiar mitigação e adaptação em outras áreas da economia. Este ano o valor alocado foi de aproximadamente 130 milhões de dólares, para investimentos em empréstimos concessionais e não reembolsáveis.

Senhora Presidente,

Os esforços brasileiros de mitigação já estão apresentando resultados significativos. No combate ao desmatamento, nossa maior fonte de emissões, o objetivo é de reduzir em 80% o

desmatamento até 2020 em relação a média de desmatamento entre 1996 e 2005. Em 2011, atingimos uma redução de 66%, o menor índice de desmatamento desde que o sistema de monitoramento foi criado, em 1988. O desmatamento que, em 2004, atingiu um pico de 27 mil quilômetros quadrados, este ano caiu para pouco mais de 6 mil Km<sup>2</sup>.

Desde 2005, a redução de emissões acumulada chega a 2,2 Gigatoneladas de CO<sub>2</sub> equivalente. Trata-se possivelmente da maior contribuição para redução de emissões no Planeta.

Mas o Brasil, Senhora Presidente, não é só a Amazônia. A redução do desmatamento vem acontecendo também nos demais biomas do país.

O tratamento da mudança do clima no Brasil envolve os diferentes níveis de governo e mobiliza toda a sociedade. Hoje, dos 27 Estados Brasileiros, 17 estão implementando políticas em mudança do clima, 12 das quais amparadas em lei específica.

O Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, com mais de 10 anos de trabalho, congrega todos os diferentes setores sociais e participa diretamente do processo de desenho e implementação da política nacional.

A estes grupos da sociedade vieram se somar pelo menos 4 fóruns empresariais, redes da sociedade civil, fóruns estaduais e municipais de mudança do clima, o Painel Nacional sobre Mudança do Clima e a Rede Clima – que reúne a academia brasileira dando suporte científico as ações nacionais.

Senhora Presidente,

O desafio imposto pela mudança do clima no Brasil, não se dá de forma isolada. Está estreitamente integrado à política de inclusão social e erradicação da pobreza.

Gostaria de mencionar dois exemplos das políticas integradas que o governo brasileiro esta executando:

No Programa Nacional da Habitação, estão sendo construídas 2 milhões de unidades habitacionais para a população de baixa renda, com aquecimento solar térmico, aproveitando esta fonte de energia limpa e renovável.

No contexto dos programas de transferência de renda, a Presidenta Dilma Rousseff lançou há poucos meses o Programa “Bolsa Verde”, de inclusão social que tem como alvo aqueles brasileiros que estão em situação de pobreza. Beneficia pessoas que enfrentam dificuldades até para ter acesso aos serviços do Estado. Vamos atender até 2012, mais de 70 mil famílias que vivem na floresta e da floresta. Estas famílias receberão o equivalente a 650 dólares por ano e assistência técnica em produção para viverem da floresta com dignidade e segurança.

Os esforços que o meu país esta realizando internamente reforçam o compromisso do Brasil com as ações acordadas no âmbito da UNFCCC.

O Brasil trabalha com afinco para a adoção de um segundo período de compromisso para o Protocolo de Quioto e o fortalecimento da implementação da Convenção no curto, médio e longo prazo.

Para isso se todos, repito, todos trabalharmos juntos poderemos negociar o cedo possível, um novo instrumento legalmente vinculante sobre a convenção, baseado nas recomendações da ciência que inclua todos os países para o período imediatamente pós 2020

Esta é nossa ambição. Este é o nosso objetivo.

Muito Obrigado.

*\*Izabella Teixeira é ministra do Meio Ambiente. Discurso proferido no segmento de alto nível da 17ª Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, no dia 08 de dezembro, em Durban, África do Sul.*